
AS NOVAS E VELHAS DEMANDAS POR INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

PAULO DE MARTINO JANNUZZI

Analista da Fundação Seade, Professor da PUC-Campinas

Sem que se fizesse muito alarde, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) completou há pouco tempo seu sexagésimo aniversário, se se considerar que sua constituição ocorreu de fato com a promulgação de legislação específica em meados dos anos 30 e com a fundação do IBGE em 1938. Ainda que não se tenha logrado atingir vários dos objetivos para o qual o SEN foi e continua sendo idealizado, é inegável que a produção brasileira de informações demográficas, sociais, econômicas e geográficas apresentou uma evolução qualitativa e quantitativa muito expressiva, acompanhada por poucos países em desenvolvimento ao longo destas décadas. Censos demográficos regulares desde 1940, com escopo temático cada vez mais abrangente, sobretudo com a introdução da amostragem a partir de 1960, *surveys* domiciliares anuais – ou quase anuais – para monitoramento de tendências demográficas e características socioeconômicas da população, pesquisas amostrais para acompanhamento do mercado de trabalho e desempenho conjuntural da indústria, comércio, serviços e agropecuária, informações do Registro Civil, registros administrativos dos Ministérios e dados compilados pelos órgãos estaduais de estatística constituíram um rico – mas certamente parcial e incompleto – acervo de estatísticas públicas para diagnóstico e monitoramento das transformações da realidade brasileira nos últimos 50 anos.

Sem desmerecer os avanços obtidos, há, certamente, muitas deficiências a apontar, muitas lacunas a preencher, especialmente quando se toma como paradigma o sistema de produção de estatísticas presente em países desenvolvidos como o Canadá, ou ainda, sob certos aspectos, quando se tem em referência o SEN de alguns países do próprio Terceiro Mundo, como Chile e México.¹ A descontinuidade das pesquisas, os atrasos na publicação dos

resultados, a falta de aprofundamento ou irregularidade nos levantamentos de certas temáticas, os questionamentos com relação à qualidade das estatísticas produzidas ou registros compilados, o cancelamento dos Censos Econômicos, os problemas de cobertura territorial e a desagregabilidade espacial dos dados são críticas de longa data dos usuários do Sistema Estatístico Nacional.

O encaminhamento de soluções para transformação, a médio prazo, deste quadro, promovendo um salto de qualidade na produção, compilação e disseminação das estatísticas públicas, exigiria, além do comprometimento de portentosas verbas públicas e de um grande esforço de coordenação e divisão de atribuições entre IBGE, Ministérios e agências estaduais (Senra, 1998), a legitimação política das ações estratégicas formuladas junto a um segmento específico dos mandatários de informações públicas: as prefeituras municipais. Enfatizar esta premissa, discutindo a necessidade de aprimorar o uso das fontes de dados já existentes e de disponibilizar outras informações para fins de planejamento municipal, é o objetivo central deste artigo. Ainda que não se trate de uma discussão nova, talvez seja oportuno resgatá-la em alguns aspectos, contribuindo para repensar as práticas da produção de estatísticas públicas em um novo contexto político-institucional do Planejamento Público e Formulação de Políticas Sociais no país.

A ANTIGA (E RENOVADA) DEMANDA POR INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

A demanda por informações sociais e demográficas para fins de formulação de políticas públicas municipais, no país, tem sido crescente na última década, no contexto da descentralização administrativa e tributária em favor dos

municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local. Para fundamentar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano e planos plurianuais de investimentos, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, para justificar o repasse de verbas federais para implementação de programas sociais ou ainda pela necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal (para portadores de deficiência, por exemplo) ou por pressão política da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo), diversos municípios de médio e grande portes passaram a demandar com maior frequência uma série de indicadores sociodemográficos às agências estatísticas, empresas de consultoria e outras instituições ligadas ao planejamento público.

Em que pese o interesse dos agentes envolvidos neste processo, a demanda nem sempre tem encontrado o produto com as características desejadas. Têm sido constantes as queixas de usuários do Sistema Estatístico Nacional, com relação à disponibilização das estatísticas municipais, restritas quase exclusivamente às informações levantadas de dez em dez anos nos Censos Demográficos (Prosérpio, 1994; Jannuzzi, 1995). No documento intitulado “Informação para uma Sociedade Democrática: por uma política nacional de produção e disseminação de informações sociais, econômicas e territoriais”, elaborado por várias sociedades científicas na última Conferência Nacional de Estatística (Confest), realizada no Rio de Janeiro, em 1996, o município e sua realidade local foram apontados como as áreas mais carentes de dados do Sistema Estatístico.

“A ausência mais marcante é a que se dá para a esfera municipal. Um ‘Sistema de Informações Municipais’ é sempre prometido e nunca implementado, ficando sempre um vazio inexplicável (...) Esta questão merece muita atenção porquanto a federalização recente encaminha a elaboração de planos diretores municipais para municípios acima de determinada população, o que passa necessariamente pela disponibilização de estatística” (Informação ..., 1996:11).

De fato, até pouco tempo atrás, como bem observou Senra (1994), os institutos de estatística trabalhavam na crença da validade da Lei de Say, de que toda oferta acabava criando sua própria demanda. O importante era, pois, produzir dados através de pesquisas e disseminá-los através das publicações e planos tabulares definidos quando da concepção das pesquisas. Imaginava-se que tais documentos eram mais que suficientes para a grande maioria dos usuários. Demandas específicas poderiam ser atendidas, no seu devido tempo e importância. A disseminação dos dados era praticamente reativa, o atendimento lento

e não-democrático e a base de dados subutilizada. Na opinião do autor, vivia-se o paradoxo da escassez na abundância.

Em um ritmo que talvez não esteja sendo suficientemente rápido – por falta de recursos, dificuldades metodológicas ou mesmo desprestígio de suas funções –, as agências públicas responsáveis pela produção de estatísticas sociais, econômicas e demográficas vêm procurando responder a esta demanda por informações referidas a espaços microrregionais e municipais. De forma a permitir a atualização de parcela do quadro social delineado pelos Censos Demográficos² e alguma percepção das tendências demográficas e socioeconômicas nos municípios e microrregiões no período intercensitário, as iniciativas das agências têm se concentrado, em geral, no uso e disponibilização dos registros administrativos que permitem desagregação local como os dados sobre emprego formal da Rais ou Caged do Ministério do Trabalho, os cadastros escolares das Secretarias Estaduais da Educação, as estatísticas de eventos vitais coletados nos cartórios de Registro Civil, as informações sobre morbidade e mortalidade por causas do Ministério da Saúde, as estatísticas de arrecadação de impostos pelas Secretarias da Fazenda e da Receita Federal, os cadastros eleitorais, entre outros. Ainda que úteis e insubstituíveis, estas fontes de dados padecem de problemas de cobertura espacial e consistência metodológica, limitando muito sua potencialidade de uso. Conhecer as deficiências dessas fontes é, pois, uma condição necessária para sua boa utilização e primeiro passo para auxiliar no aprimoramento das mesmas. Há certamente muito o que fazer acerca destas questões, tanto por quem produz as informações, como por que as utiliza.

No caso do Estado de São Paulo, vale registrar, além da produção de indicadores municipais derivados de registros administrativos, a experiência de realização da Pesquisa de Condições de Vida em Campinas (1994) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego em São José dos Campos (1996), *surveys* que garantem não apenas uma atualização mais consistente do quadro social delineado pelos Censos Demográficos, como aprofundamento de temáticas de especial interesse dos contratantes. Esta parece ser uma experiência factível – seja em termos financeiros, seja em termos operacionais – para um grande número de municípios de médio e grande portes no país. Naturalmente, há que se comprometer recursos dos Tesouros estadual e municipal para que isso se viabilize.

PROJEÇÕES POPULACIONAIS E ESTIMAÇÃO DE DEMANDAS SOCIAIS

Dentre as informações municipais a serem disponibilizadas, figuram, sem dúvida, as projeções populacionais

QUADRO 1
Principais Fontes de Estatísticas Públicas Municipais

Fonte	Temas Investigados	Periodicidade
Censo Demográfico	Geral: características demográficas, habitação, escolaridade, mão-de-obra, rendas	10 em 10 anos
Censo Populacional	População, migração, escolaridade	No meio do período intercensitário
Relação Anual de Informações Sociais	Empregos, salários, demissões	Anual
Registros do MEC/ Secret. Educação	Matrículas, evasão, repetência	Anual
Registros do Ministério e Secret. Saúde	Morbidade, mortalidade por causas	Anual
Registro Civil	Nascimentos, óbitos	Anual
Estatísticas de Arrecadação Tributária	Impostos pagos, empresas, contribuintes	Anual

Fonte: Jannuzzi (1995).

e suas derivações. Não é novidade alguma, pelo menos nos círculos técnicos, que as projeções populacionais representam um insumo básico para formulação de qualquer política social. Afinal, cada política social tem um público-alvo determinado, diferenciado em termos de volume, ritmo de crescimento, composição etária e distribuição espacial pelo território (Cepal, 1992).

As projeções demográficas constituem-se em insumo fundamental para estimação da necessidade de criação de empregos, da expansão dos níveis de renda e consumo domiciliar, do nível de investimento público nas áreas sociais e na construção de equipamentos sociais (Nações Unidas, 1989). As projeções populacionais permitem estimar o quantitativo de pessoas em cada fase do ciclo vital e, por conseguinte, avaliar a demanda potencial de cada tipo de serviço e a necessidade de oferta de recursos humanos e equipamentos (Greene, 1987; Nações Unidas, 1978 e 1989). A demanda de vagas e professores nas escolas está estreitamente relacionada ao tamanho da população em idade escolar, de 6 a 17 anos. O nível de expansão de serviços médicos ambulatoriais básicos é, em boa medida, determinado pelo volume de nascimentos na população, dada a maior propensividade de utilização deste serviço nesta faixa etária. A demanda por trabalho segue o ritmo de crescimento da população em idade ativa, de 15 anos ou mais até os 65-70 anos. A

necessidade de expansão da infra-estrutura urbana está relacionada ao movimento de constituição de domicílios familiares, que, por sua vez, está condicionado ao ritmo de crescimento da população adulta.

Em âmbito local, a estimação de demandas quantitativas de serviços sociais a serem atendidas no futuro é, pois, um recurso importante para orientar a alocação dos recursos públicos nos planos plurianuais de investimento, definir a natureza e conteúdo das políticas e estabelecer as diretrizes de investimento em infra-estrutura, de equipamentos públicos nos projetos de planos diretores de desenvolvimento urbano.

Em que pese o valor estratégico destas informações, persistem, contudo, deficiências e lacunas importantes no que diz respeito à produção, disseminação e uso de dados demográficos de natureza prospectiva para fins de formulação de políticas sociais. Projeções populacionais em âmbito microrregional e municipal não têm sido produzidas e disseminadas com a regularidade necessária, dificultando a estimação de demandas de serviços públicos e de serviços sociais a serem colocados à disposição da sociedade (Jannuzzi, 1998).

Tal fato decorre, em grande parte, da falta de percepção dos próprios agentes encarregados da tomada de decisões públicas – em seus diversos níveis – sobre os con-

QUADRO 2
Exemplos de Públicos-Alvo Normativos de Algumas Políticas Sociais

Política Setorial	Público-Alvo
Educação	
Creche	0 a 3 anos
Pré-Escolar	4 a 6 anos
Básica	7 a 14 anos
Secundária	15 a 17 anos
Superior	18 a 24 anos
Saúde	
Combate à mortalidade infantil	0 a 1 ano
Materno-Infantil	0 a 4 anos
	Mulheres de 15 a 44 anos
Ocupacional	População ativa de 15 anos ou mais
População idosa	População de 65 anos ou mais
Emprego	15 anos ou mais
Seguridade social	55 anos ou mais
Assistência social e combate à pobreza	Pessoas sós, de 55 anos e mais
	Famílias com chefia predominantemente feminina, com elevado número de crianças

Fonte: Jannuzzi (1997).

dicionantes demográficos das demandas sociais. Como já assinalavam Bercovich e Madeira (1990:595), “É indiscutível que o respaldo de informações a respeito do volume e da composição da população é essencial em qualquer programação de políticas de intervenção de natureza pública ou não. De fato, não se pode pensar em planificar sem o conhecimento mínimo de quantas são e serão as pessoas para as quais se destinam determinados programas a curto, médio e longo prazos. Embora esta afirmação seja absolutamente consensual, a verdade é que os programas de ação podem falhar, e freqüentemente falham, em seus diagnósticos e propostas, porque desconhecem o fenômeno das descontinuidades das pirâmides etárias na projeção de suas demandas”.

Essas considerações sobre a importância da estimação quantitativa dos públicos-alvo das políticas públicas ganham relevância adicional frente às profundas transformações na dinâmica demográfica do país (Carvalho, 1994). Dependendo do estágio em que a população se encontra no processo de transição demográfica, a ênfase e o conteúdo das políticas sociais serão diferenciados (Cepal, 1992). Assim, por exemplo, em regiões em situação pré-transicional, caracterizada por grande concentração de jovens e por um perfil epidemiológico de óbitos marcado por doenças infecciosas e parasitárias, as políticas públicas deveriam priorizar a saúde materno-infantil e a educação básica. Em regiões recém-iniciadas no processo de transição demográfica, com aumento da taxa de urbanização e do crescimento demográfico (pela redução da mortalidade infantil), as políticas de emprego, habitação e expansão dos serviços urbanos passam também a ser requeridas com maior intensidade pela população. Na fase de “plena transição”, com a redução dos níveis correntes de fecundidade e mudança do perfil epidemiológico dos óbitos, a saúde da população adulta passa a ser uma questão cada vez mais importante, assim como o ensino superior e a qualificação profissional. Em um contexto “pós-transicional”, a ênfase da política social passa a ser dedicada à população idosa, seja na saúde, seja na assistência e previdência social.

No estágio de “plena transição” em que se encontra o Brasil, a necessidade de investimentos em ensino de primeiro grau e saúde materno-infantil tenderia a ser menor a curto prazo, cedendo lugar para políticas voltadas, gradativamente, a jovens e adultos (emprego, habitação, educação universitária e qualificação para o trabalho). A médio prazo, gradualmente aumentariam as necessidades de atendimento a demandas específicas da terceira idade, com serviços médicos de geriatria e previdência social. De fato, estas têm sido as recomendações de diversos pesquisadores que têm se dedicado a avaliar as oportunidades e desafios colocados pelas trans-

formações do regime demográfico brasileiro (Martine, Carvalho e Árias, 1994).

QUADRO 3

Estágios da Transição Demográfica e Ênfase das Políticas Sociais

Estágio	Ênfase da Política Social
Pré-Transicional Altas taxas de crescimento populacional População muito jovem Baixa taxa de urbanização	Atendimento materno-infantil Educação básica e secundária Habitação/serviços urbanos Emprego
Transição Iniciada Desacel. do cresc. populacional Urbanização intensa População jovem	Atendimento materno-infantil Habitação/serviços urbanos Emprego Educação básica e secundária
Transição Plena Desacel. acentuada do cresc. populacional Aumento da população idade ativa Alta urbanização	Emprego Educação Superior e secundária Saúde de adultos e materno-infantil Habitação
Transição Completa Baixa taxa de cresc. populacional Envelhecimento Elevada urbanização	Saúde de adultos e idosos Previdência social Assistência social Emprego

Fonte: Cepal (1992).

PROJEÇÕES ECONÔMICO-DEMOGRÁFICAS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Se as projeções populacionais e a estimação de demandas sociais permitem avaliar quantitativamente o público-alvo a ser atendido pelas diversas políticas setoriais, são as projeções econômico-demográficas que possibilitam estimar o volume de recursos (equipamentos, renda ou empregos) que podem ser disponibilizados a partir de uma determinada estrutura produtiva e dinâmica econômica regional. Em uma concepção ideal – embora fora de moda – de Planejamento Público, tão importante quanto quantificar as demandas sociais é realizar estudos prospectivos sobre a capacidade de oferta de bens, serviços e empregos dos agentes públicos e privados em uma dada região ou país. Através da comparação entre a demanda e a capacidade de oferta estimadas para um futuro próximo, pode-se conseguir tomar, a tempo, decisões políticas e econômicas que contribuam para reduzir deficiências de cobertura das políticas ou aproveitar a disponibilidade de recursos para outras finalidades.

Estes eram os objetivos de numerosas iniciativas das Nações Unidas e seus organismos associados nos anos 70,

na difusão de métodos e modelos de “Planificação do Desenvolvimento” para países do Terceiro Mundo (Nações Unidas, 1989; Greene, 1987). Hoje, com os avanços na produção de estatísticas econômicas em nível subnacional, alguns destes modelos – modelos *input-output*, derivados das matrizes de Leontief (Brauers, 1995) – podem ser empregados em âmbito regional para simulação de políticas econômicas setoriais, como as de criação de emprego, para avaliação de impactos de políticas de investimento público e de decisões locais de capital privado sobre o desenvolvimento regional, para projeção de demanda de mercado de bens e serviços, enfim, para entendimento da dinâmica inter-setorial e de suas relações com as fontes potenciais de estímulo econômico (o consumo privado, a formação bruta de capital, os gastos governamentais e exportações).

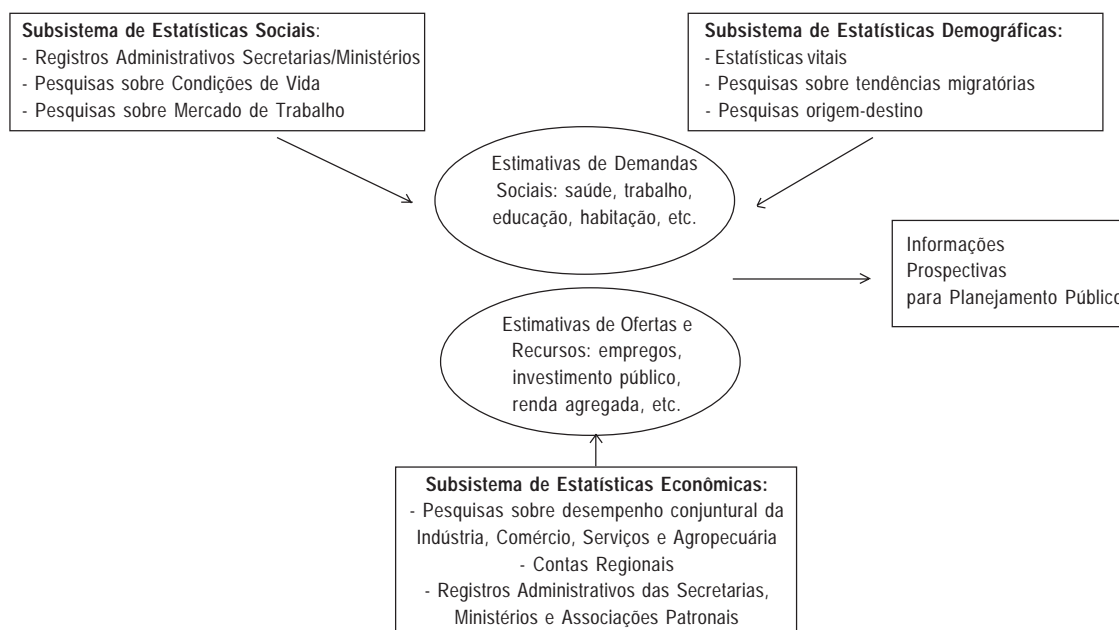
Mais recentemente, os modelos *input-output* vêm sendo aplicados em problemas de previsão econômico-demográfica, incorporando não apenas coeficientes de impacto inter-setorial, mas também relações entre agregados econômicos (renda, emprego, desemprego) e variáveis demográficas (migração, mobilidade pendular). Como observaram há algum tempo Madden e Trigg (1990:65), “Nos últimos dez anos, temos presenciado o desenvolvimento de diferentes abordagens na aplicação de modelos *input-output*. Talvez uma das abordagens mais interessantes sejam aquelas volta-

das na desagregação do consumo familiar para modelar explicitamente diferentes características econômicas e demográficas da força de trabalho dentro do marco geral das matrizes de Leontief”.

A incorporação das projeções econômico-demográficas na agenda das agências estatísticas pode representar um passo bastante significativo no resgate do status do Planejamento Público como instrumento técnico (e político) de orientação da ação estratégica do Estado na economia e nas diversas áreas sociais. Também é importante no aprimoramento da capacidade regulatória do Estado, como ilustram Batey e Madden (1998a) na interessante aplicação de modelos econômico-demográficos para avaliação prospectiva dos impactos socioeconômicos da instalação de dois grandes projetos (aeroportos) na Inglaterra, em cujos resultados as autoridades britânicas se basearam para tomada de decisão.³ Enfim, juntamente com as estimativas de demandas sociais, as projeções econômico-demográficas podem servir como elementos estruturadores de um Sistema de Produção de Estatísticas Públicas orientado a fornecer informações não apenas para acompanhamento de políticas públicas, mas para redimensionamento quantitativo e qualitativo contínuo das mesmas, frente os distintos cenários que se configuram no horizonte de planejamento.

FIGURA 1

Estimação de Demandas Sociais e Projeções Econômico-Demográficas como Elementos Estruturantes do Sistema de Produção de Estatísticas Públicas



INDICADORES PARA MONITORAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

A agenda de atividades das agências estatísticas não inclui apenas o redimensionamento da escala de referência espacial dos indicadores produzidos – no atendimento das demandas por dados municipais – ou a ampliação do horizonte temporal de referência das estatísticas – no provimento de séries prospectivas sobre população, emprego e economia regional, além da produção das séries históricas de indicadores. Há necessidade de ampliação do escopo temático investigado, em bases mais periódicas, no que se refere a segmentos populacionais específicos.

No contexto de crescente focalização das políticas sociais (Madeira, 1998), justificadas em função da crise fiscal do Estado e da necessidade de redução das desigualdades sociais seculares no país, é cada vez mais importante monitorar, de forma abrangente, a realidade social vivenciada pelos públicos-alvo específicos dos programas. Certamente que continuam imprescindíveis a produção e a disseminação de indicadores referentes à totalidade da população, como aqueles sobre mercado de trabalho, mortalidade, escolarização e renda. Entretanto, as pesquisas hoje produzidas nas agências só se legitimarão perante a sociedade e os formuladores de políticas públicas se se prestarem a atender estas novas demandas de informação, voltadas à identificação dos segmentos sociais desfavorecidos, de acompanhamento periódico da situação dos mesmos e dos efeitos dos programas sociais propostos.

O acompanhamento conjuntural do volume e das características sociais (em termos demográficos, ocupacionais, educacionais, etc.) da população indigente – famílias sem recursos sequer para se alimentar adequadamente – é um dos exemplos, entre outros, de lacunas temáticas em nosso Sistema Estatístico Nacional. Há, certamente, iniciativas louváveis e heróicas neste sentido, como no caso dos trabalhos no âmbito do Ipea,⁴ mas é preciso reconhecer que o tema da pobreza não foi ainda incorporado nas agências estatísticas com a mesma preocupação e status

que outras temáticas sociais históricas, como o desemprego, a escolarização, a mortalidade infantil, etc. Os esforços da Cepal e do Banco Mundial no financiamento de *surveys* específicos, no apoio técnico às agências nacionais de estatística, na capacitação de pessoal e na realização de análises sobre a evolução da pobreza em diversos países latino-americanos, ao que parece, finalmente estão mudando este quadro, colocando o monitoramento da pobreza e indigência como temas de especial relevância dentro do SEN.⁵

Naturalmente, é preciso ir além do levantamento das estatísticas de pobreza em âmbito nacional; é necessário identificar e monitorar os bolsões regionais, os segmentos populacionais de risco, a condição de indigência, os públicos-alvo de políticas sociais correlatas. Em síntese, é necessário que as agências estatísticas se comprometam com a atualização periódica da Matriz de “Contabilização Social”, discriminando indicadores sociais por cada segmento populacional específico de interesse para os formuladores de políticas.⁶

É possível passar a levantar informações, para estes propósitos, nas principais pesquisas correntes nas agências estatísticas, sem reformulações ou acréscimos muito expressivos nos questionários ou amostras. Em uma situação ideal, contudo, seria interessante definir uma pesquisa específica, com características de levantamentos retrospectivos ou, melhor ainda, de painel longitudinal, formato mais apropriado para o monitoramento social de uma população submetida a políticas públicas específicas.

A AGENDA DAS AGÊNCIAS PRODUTORAS DE ESTATÍSTICAS

Neste novo contexto de descentralização de recursos e da ação social do Estado, da focalização de políticas públicas e das características do novo regime demográfico, as agências estatísticas defrontam-se com a necessidade crescente de produção de informações espacialmente mais desagregadas (em âmbito municipal, sobretudo), atuali-

FIGURA 2

Exemplo de uma Matriz de “Contabilização Social”

Segmentos Populacionais e Públicos-Alvo de Políticas Sociais	Indicadores Sociais					
	Renda Familiar	Proporção de Indigência	Condições Habitacionais	Taxa de Desemprego	Inserção Ocupacional	Mortalidade Infantil	
Famílias com Chefe com Baixa Escolaridade
Famílias Chefiadas por Mulheres
Aposentados
Famílias Residentes na Zona Rural do Nordeste
.....

zadas mais freqüentemente e referidas a um escopo temático mais amplo. É uma situação muito distinta daquela da época em que os Sistemas Nacionais de Estatística foram idealizados, de maior prevalência das estatísticas de produção econômica, de abrangência nacional ou macrorregional (Senra, 1998). Tal desafio, o da produção de dados microespacializados, periodicamente levantados, tematicamente abrangentes, tampouco é uma questão apenas brasileira, mas parece orientar a agenda de discussão em outros países, como revelam os discursos de abertura na conferência internacional *Statistics for Economic and Social Development*, patrocinada pela Associação Internacional de Produtores Públicos de Dados (Iaos), entre outras (Fellegi, 1998; Marques Jarque, 1998).

Neste conjunto de informações microespacializadas a serem disponibilizadas pelas agências estatísticas, incluem-se, sem dúvida, as projeções demográficas, ou melhor ainda, as estimativas de públicos-alvos específicos das diversas políticas sociais na área da educação, saúde, assistência social, transportes, etc. A produção de cenários socioeconômico-demográficos futuros, integrando as projeções demográficas, as estatísticas sociais e econômicas em um só sistema de produção de informações, deveria constituir-se em uma preocupação crescente na agenda de atividades dos produtores públicos de informações e outros centros de pesquisa e análise no país. Tais cenários estabelecem referências importantes para a tomada de decisões nas administrações locais, contribuindo para a programação das demandas de bens, equipamentos e serviços públicos a serem colocados à disposição da sociedade. Como bem assinalam Patarra et alii (1991:33), “Se refletirmos sobre a evolução da ciência aplicada, a lógica do planejamento e da demografia (aqui expressa sob a forma de técnicas projetivas) coincidem; trata-se de antecipar os fatos para controlá-los mediante intervenção. Essas lógicas pressupõem o Estado moderno, responsável pela criação das condições de cidadania e busca da sociedade do bem-estar. O planejamento não pode caminhar sem a projeção populacional, e seu afastamento pode ser início de afastamento do poder público do compromisso social”.

Naturalmente, qualquer exercício prospectivo encerra boa parcela de incerteza e está sujeito a imprecisões, tanto maiores quanto mais específicos ou mais distantes do momento de sua formulação. Ainda assim, como assinalam Graham Jr. e Hays (1994:259-260), “O planejamento dita as bases para acomodação a mudanças, e sem essas bases as mudanças teriam um impacto ainda mais drástico (...) o planejamento é ainda indispensável, pois permite aos administradores tomarem decisões basea-

das no melhor conhecimento disponível. Parte deste conhecimento vem da maior apreciação do ambiente externo da organização, descoberto durante o processo de planejamento”.

Por fim, vale observar que todas as considerações anteriores pressupõem a revalorização da função Planejamento na Administração Pública e a natureza intrinsecamente pública e gratuita da Informação Estatística. Indicadores sociais, estatísticas econômicas, dados demográficos e projeções populacionais constituem-se em bens públicos, para usufruto coletivo de agentes públicos, privados, universidades, sociedade civil organizada. Ela se presta a atender a necessidade coletiva de monitoramento da situação social, econômica e demográfica e a contribuir para garantir níveis crescentes de bem-estar da sociedade. Naturalmente, seja para produzir dados estatísticos de forma mais periódica e espacialmente mais desagregados, seja para disponibilizá-los rapidamente e a baixo custo, as agências estatísticas precisam ter garantidos recursos orçamentários suficientes e regulares, recursos estes que são, pela natureza de suas atividades, predominantemente públicos. Receitas próprias advindas de venda de projetos ou produtos podem e devem compor parte do orçamento, mas na forma e volume que não comprometam a missão institucional e pública que estas agências desempenham dentro do Sistema Estatístico nacional (Thygesen, 1994; Fellegi, 1998).

NOTAS

1. O sistema de estatísticas do Canadá é tido como uma referência mesmo dentro do Primeiro Mundo, pela qualidade dos levantamentos, diversidade metodológica e temática das pesquisas, periodicidade e regularidade das séries estatísticas, etc. No caso do Chile vale destacar a existência de séries históricas de dados socioeconômicos de longa data, assim como as inovações metodológicas para acompanhamento de políticas sociais, gasto público e pobreza (Casen). No caso do México, há que se destacar a continuidade e regularidade na produção de uma série de pesquisas sociodemográficas e econômicas em meio a toda a instabilidade econômica das duas décadas passadas.
2. Os Censos continuam sendo as fontes mais abrangentes e quase exclusivas de informações em âmbito municipal no país. Daí porque os questionários – básico e da amostra – são comparativamente extensos em relação ao adotado em outros países.
3. Uma versão em português deste texto está sendo publicado em Cadernos da Faceca (Batey e Madden, 1998b).
4. Neste sentido, é importante destacar a contribuição de Alfonso Árias e Sonia Rocha, entre outros pesquisadores da instituição, com diversos trabalhos voltados à quantificação e qualificação da pobreza.
5. Vale destacar, entre as iniciativas da Cepal, a promoção de diversos cursos de capacitação no Inegi (México) sobre pobreza e metodologia estatística voltados para técnicos da América Latina, dos *workshops* do programa Mecovi, junto com outras instituições internacionais, além da preocupação, de longa data, com a produção de estatísticas de pobreza nos países da região. Além dos seus estudos sobre a questão, o Banco Mundial tem financiado a realização da LSMS – Living Standards Measurement Survey – em diversos países, inclusive no Brasil.
6. Vale assinalar que, já existe o compromisso por parte do IBGE em seguir as recomendações da Comissão de Estatística das Nações Unidas no sentido de produzir – periodicamente, a partir dos censos demográficos e suas pesquisas amostrais – um conjunto mínimo de indicadores sociais, discriminando-os por região, sexo, cor e outros atributos sociodemográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATEY, P.W. e MADDEN, M. "Socio-economic impact assessment: meeting client requirements". *Seminar on Statistics for Economic and Social Development*. Aguascalientes, México, Inegi/Iass/Iaos, 1998a.
- _____. "Avaliação de impacto socioeconômico decorrente da implantação de grandes projetos: aplicação de modelos input-output no estudo de viabilidade de dois aeroportos no Reino Unido". *Cadernos da Faceca*. Campinas, PUC-Campinas, jan./jun. 1999 (no prelo).
- BERCOVICH, A. e MADEIRA, F.R. "Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo". VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. *Anais...* Caxambu, Abep, v.2, 1990, p.595-652.
- BRAUERS, W.K. *Prévisions économiques à l'aide de la méthode entrées-sorties*. Paris, Ed. Economica, 1995.
- CARVALHO, J.A.M. "Um Brasil mais velho e mais estável". *Imprensa*, v.VII, n.76, 1994, p.4-11 (encarte especial).
- CEPAL. *América Latina y el Caribe: dinámica de la población y desarrollo*. Santiago, FNUAP/Celade, 1992.
- FELLEGI, I.P. *Statistical services – preparing for the future*. Aguascalientes, México, Inegi/Iass/Iaos, 1998.
- GRAHAM Jr., C.B. e HAYS, S.W. *Para administrar a organização pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.
- GREENE, G. *Planificación en materia de población, fuerza de trabajo y demanda por servicios*. Ginebra, OIT, 1987.
- INFORMAÇÃO para uma sociedade democrática: por uma política nacional de produção e disseminação de informações sociais, econômicas e territoriais. Rio de Janeiro, IBGE, 1996 (I Fórum de Usuários – Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais).
- JANNUZZI, P.M. "Fontes de informação sócio-demográfica para planejamento no setor público". *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.29, n.3, jul./set. 1995, p.197-210.
- _____. "Projeções populacionais e estimação de demandas sociais em âmbito micro-regional. In: PATARRA, N. et alii. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*. Campinas, IE/Unicamp, 1997, p.373-408.
- _____. "Population projections and social demands forecasts: an applied case on a micro-regional basis". *Seminar on Statistics for Economic and Social Development*. Aguascalientes, México, Inegi/Iass/Iaos, 1998.
- MADDEN, M. e TRIGG, A.B. "Interregional migration in an extended input-output model. *International Regional Science Review*, v.13, n.1 e 2, 1990, p.65-85.
- MADEIRA, F.R. "Recado dos jovens: mais qualificação". *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, Conselho Nacional de População e Desenvolvimento, 1998, p.427-498.
- MARQUES JARQUE, C. "Mexico's statistical information system towards the 21st. century". *Seminar on Statistics for Economic and Social Development*. Aguascalientes, México, Inegi/Iass/Iaos, 1998.
- MARTINE, G.; CARVALHO, J.A.M. e ÁRIAS, A.R. *Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social*. Brasília, Ipea, 1994 (Texto para Discussão, n. 345).
- NAÇÕES UNIDAS. *Factores determinantes y consecuencias de las tendencias demograficas*. New York, UN/ESA, 1978.
- _____. *Projection methods for integrating population variables into development planning: conceptual issues and methods for preparing demographic projections*. New York, UN/ESA, v.1, n.1, 1989.
- PATARRA, N. et alii. *Tendências demográficas recentes e perspectivas para a próxima década*. São Paulo, Fundap (Documento de Trabalho da Questão Social, n.11), 1991.
- PROSÉRPPIO, R. "Repatrição de encargos governamentais: a função de informar". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.4, 1994, p.75-81.
- SENRA, N.C. "Por uma disseminação democrática de informações". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.4, 1994, p.40-45.
- _____. *Coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- THYGESEN, L. *Comercializando estatísticas oficiais sem vender a alma*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade, v.8, n.4, 1994, p.68-74.